

A REGIÃO OESTE CATARINENSE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL APÓS OS EFEITOS DA INTERIORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Paulo Roberto Santana Borges *

Resumo: A pesquisa propõe analisar a interiorização administrativa de ações públicas antes centralizadas no governo estadual, como um projeto de mudanças de regionalização do desenvolvimento e da municipalização das ações e a adaptação aos modos da descentralização espacial da administração direta do Estado, com o objetivo principal de verificar a fragmentação dos mais diversos recortes territoriais. A mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, no oeste catarinense, é o foco da pesquisa devido aos níveis de desenvolvimento, à pujança econômica dos municípios e ao fato de abrigar treze Secretarias de Desenvolvimento Regional. Detectou-se que 50% dos municípios analisados se relacionam com quatro ou mais sedes regionais. Na sobreposição dos órgãos regionais institucionalizados, identificaram-se conflitos com instituições que atuam diretamente com ações e programas que visam o desenvolvimento do município e regional, aprofundando os conflitos nas escalas dos projetos e não permitindo a consolidação da identidade territorial.

Palavras-chave: Regionalização, Descentralização, Planejamento regional.

Abstract: The research aims to analyze the interiorisation of administrative public actions before centralized in State government, as a project of regionalization changes of development and municipalization of actions and adaptation of modes to spatial decentralization of direct State administration, with the main objective of verifying the fragmentation of various territorial clippings. The mesoregion Great Frontier of Mercosul, in western of Santa Catarina, is the focus of research due to the levels of development, economic strength of municipalities and the fact sheltering thirteen Secretariats of Regional Development. We detected that 50% of the municipalities analyzed relate to four or more regional headquarters. In the overlap of regional institutionalized organs, were identified conflicts with institutions working directly with actions and programs that aimed the municipality and regional development, deepening the conflicts in scales of projects and not allowing the consolidation of territorial identity.

Keywords: Regionalization, Decentralization, Regional planning.

Introdução

Após a década de 1940 com a revolução industrial e o incremento da agricultura, foi possível vislumbrar uma forte expansão industrial, com o crescimento da produção interna e conseqüente redução da dependência exterior para os bens de consumo.

Com o passar dos tempos foram acumulando avanços que praticamente impuseram a criação de políticas públicas para incentivo ao desenvolvimento das regiões mais distantes dos grandes centros. Apesar de um longo período de governos do regime militar, a expansão da economia brasileira foi significativa. Na época, graças a descentralização do poder, das ações e dos recursos financeiros grandes projetos foram se estruturando.

Porém, a partir da década de 80, com o fim do regime autoritário, se desenvolveu no Brasil uma avassaladora corrida à autonomia das regiões e da participação da sociedade organizada na busca de alternativas para o seu desenvolvimento sustentável. Nessa linha, os municípios passaram a ter mais autonomia administrativa, recursos financeiros e iniciativa para investir no social, em projetos e planos de desenvolvimento, acumulam-se as transformações na cultura local e regional.

*Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, e-mail: parosabole@hotmail.com.

O estado de Santa Catarina tem uma característica especial por inexistir nele uma grande metrópole, apesar de contar com expressivos municípios no interior, tais como Joinville, Blumenau e Itajaí. Singer (1974, p. 83) afirma que Santa Catarina apresenta um aspecto no mínimo curioso, em que o estado se divide em várias zonas economicamente autônomas, cada uma delas contando com uma capital regional.

No estado de Santa Catarina não é apresentado um centro urbano que centralize a economia catarinense. Determinando nesse caso um processo peculiar de regionalização com fortes características. A consolidação do modelo de associativismo municipal implantado e revigorado em Santa Catarina, assim como o surgimento de consórcios intermunicipais, com as experiências em cooperativismo está sendo fundamental para o processo de organização dos espaços territoriais identificados no Estado.

Cabe então repensar o modelo, pois há a boa vontade do governo estadual em contribuir para a consolidação das regiões e simultaneamente com a descentralização do poder, a regionalização da gestão e o incremento à municipalização, é uma excelente oportunidade para explicitar e conquistar o desenvolvimento socioeconômico.

No presente artigo se propõe a conhecer o padrão de descentralização espacial da administração direta do Estado, em termos de regionalização, examinando principalmente a fragmentação dos diversos recortes territorial.

A estruturação espacial de todas as atividades da administração pública estadual, é uma realidade dentro do Estado, mas que em algumas regiões, como no Oeste, pela fragmentação existente, provoca conflitos para o planejamento regional tendo em vista ser uma prática que não contribui para uma consolidação territorial, nem para a melhoria de práticas administrativas em todos os níveis de governo.

Diniz (2001) diz que cada região ou localidade possui atributos e herança próprios e inigualáveis, incluindo os meios físicos construídos, os quais condicionam a recriação de seu próprio espaço social. O autor ainda complementa, o espaço é ao mesmo tempo, uma estrutura subordinada e subordinante, e, portanto, elemento ativo e agente de sua própria construção histórica.

Os modelos de desenvolvimento regional em sentido amplo são necessários estudos de experiências de sucesso e reflexões sobre os avanços que estão consolidados, mas que em geral, requerem uma melhor organização da sociedade e compreensão do seu papel na construção do desenvolvimento e da melhoria de sua qualidade de vida.

A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foi descritiva e comparativa, com a análise de outras experiências práticas, de modo a tornar claro o objeto pesquisado, detalhando as várias formas de aplicação de organização do território, em especial em relação aos resultados práticos do projeto de modernização administrativa e regionalização no Estado de Santa Catarina.

O método de pesquisa utilizado foi o de linha de raciocínio indutivo com análise descritiva. As técnicas de pesquisa bibliográfica e a documental, e consulta aos órgãos oficiais de Santa Catarina. Pesquisados os recortes territoriais, configurados em mapas e tabelas através de software específico.

Além dessa introdução e das considerações finais esse artigo apresenta três seções. A segunda seção apresenta o referencial teórico que sustenta todo o estudo. A terceira seção trata dos critérios de regionalização. Na quarta seção é discutida a espacialização regional de Santa Catarina. Na quinta seção é analisada a caracterização da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Na sexta seção discute-se o comparativo regional das SDRs.

Desenvolvimento

A temática do desenvolvimento surge como uma abordagem interdisciplinar, que

procura integrar a análise econômica com questões sociais, políticas, geográficas e históricas. (SEM, 2000, p. 17-18), diz que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expressão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ou ainda, o desenvolvimento requer que removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A liberdade e a expansão das potencialidades humanas podem ser vistas como o objetivo final e meio para atingir o desenvolvimento.

Segundo Moore (1968, p. 16) a expressão desenvolvimento econômico significa mudança estrutural além do simples aumento da produção. O desenvolvimento traz consigo o estabelecimento dos mecanismos fiscal, financeiro e fiduciário. Implicam mudanças institucionais no sentido exato de alterações nas leis e em outras regras de conduta, mudanças organizacionais na administração e motivação da atividade econômica.

Em relação ao desenvolvimento econômico, Lucas (1988, p. 3-42), entende o problema da mensuração do modelo observado, entre países e ao longo do tempo, em termos de níveis e taxas de crescimento da renda per capita. Pode ser uma definição restrita, talvez seja, pensando nos padrões de renda. Pensando em desenvolvimento há também a necessidade de refletir sobre muitos outros aspectos da sociedade, que não seja apenas os relacionados a renda per capita, por isso sugere-se cuidados a essa definição, enquanto não se tiver uma idéia mais clara de onde ela nos levará.

Espaço e região

Inicialmente, se faz necessário conceituar o espaço enquanto região, sendo importante esclarecer as dificuldades de estabelecer, ao mesmo tempo, entendimento uniforme dos conceitos entre os economistas, geógrafos, cientistas políticos e etc.

Rolim (2000), descreve que: dentro da análise regional o conceito de região já foi apresentado com diferentes conteúdos. Na economia regional os esforços de Boudeville (1972) conseguiram conceituá-la na perspectiva da polarização, do planejamento e da homogeneidade. Essa conceituação é a base das principais técnicas de regionalização ainda hoje utilizadas. No entanto elas refletem o “mainstream” da época sobre desenvolvimento regional caracterizado por políticas de “cima para baixo”, do nacional para o local, e por investimentos em grandes projetos que buscavam a constituição dos “pólos de desenvolvimento” (Boisier, 1989, p. 589 a 694).

A região passa a ser vista como resultante de um processo de construção onde uma determinada sociedade interagindo com o meio natural constrói um particular subsistema social. Ela deixa de ser vista apenas como um território habitado para passar a ser entendida como um espaço social. O corolário dessa perspectiva é que nem todos os territórios habitados podem ser considerados regiões. Somente aqueles espaços geográficos que consigam também ser espaços sociais poderão ser considerados regiões (ROLIM, 2000).

A idéia de que a geografia é importante, ou seja, que os fatores locais clássicos (principalmente os baixos custos de transporte proporcionados pela distância ao mercado, seja em relação à oferta ou à demanda) são fatores diferenciadores que produzem vantagens comparativas, as quais podem ser transformadas em vantagens competitivas foi recuperada pela Nova Geografia Econômica.

Os pontos comuns a esses autores está na consideração da importância fundamental dos custos de transporte para a determinação da localização ótima da firma. Importância essa contrabalançada pelos custos de mão de obra e por um outro elemento meio misterioso denominado fator aglomerativo, que passou a ser conhecido na literatura como as economias de aglomeração (ROLIM, 1999, p.1).

Ao afirmar que todo o conceito de espaço e, por conseqüência, todo o conceito de região seria o resultado de um processo de abstração, Ponsard (1958 apud FERREIRA, 1989) ressalta que o processo de abstração deve ser ao mesmo tempo dinâmico, pois as estruturas internas que condiciona, as extensões de suas áreas se modificam com o decorrer do tempo.

Deste modo, o conceito de região se define como uma combinação individualizada, comparável às demais, das quais elementos físicos e humanos formam uma estrutura submetida a uma organização interna a cada momento, cujo território possui vínculos com os elementos contidos em si e com outros territórios.

Perroux (1978 apud FERREIRA, 1989) diferencia os espaços econômicos e os espaços “geonômicos”. O primeiro constitui-se de “espaços abstratos” nos quais as relações de fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos se envolvem independentes da localização, possuindo apenas uma dimensão econômica, social e política. O segundo espaço relaciona onde os objetos estariam contidos no interior de um plano definido, representando a tradicional área geográfica.

O espaço econômico, segundo Boudeville (1966 apud FERREIRA, 1989, p. 52), é:

[...] o resultado da aplicação de um espaço matemático abstrato em um espaço geográfico concreto no qual a definição de um objeto que assuma um princípio finalístico, ou seja, a divisão de um espaço geográfico deve ter a sua existência vinculada a uma finalidade predeterminada; uma descrição material que permite a caracterização dos aspectos sociais e econômicos da região e comparação com os demais; e as inter-relações e interdependências sociais, econômicas, políticas, etc., entre as regiões e dentro da própria região.

Economia espacial

No estudo “Espaço e Região: Retorno aos Conceitos Originais”, Rolim (1989) se refere às dificuldades de conceituar região, mas destaca as idéias de espaço social de Perroux; a “localização” desse espaço abstrata por Boudeville, as determinantes da espacialidade dos fenômenos sociais de Coraggio; o papel do Estado na análise do regionalismo de Markusen. E que nesse estudo a questão da urbanização foi deixada de lado, apesar da sua importância como se denota na atualidade.

Rolim (1989) continua relatando “as sociedades, capitalistas ou não, caracterizam-se atualmente por desenvolverem uma economia cujo dinamismo assenta-se em atividades urbanas e industriais, uma economia que podemos chamar de urbano-industrial. Mesmo as atividades rurais, acabam sendo determinadas por processos gerados nos centros urbanos. Assim as cidades passam cada vez mais a ser o “locus” do desenvolvimento social”.

Para Höover (1970 apud FERREIRA, 1989), a economia espacial se refere a análise da questão “o que, “onde” e “por que” da localização. Assim a análise espacial deve estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades econômicas, ou seja, questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão das atividades e as semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográficas dessas atividades. Na análise espacial distinguem-se: a análise locacional (decisão de “onde” localizar-se) e a análise regional (trata relações estruturais dentro e entre as regiões).

Segundo Polèse (1998), espaço e mercado integram uma mesma realidade, analisando-se sob a perspectiva do produtor, desde quando, assim como o nível de produção, a dimensão do mercado abastecido implica na consideração dos custos de transporte e das economias de escala. “Só haverá produção [em um determinado] ponto [...] se a área de mercado que está à disposição for suficiente para permitir que a empresa cubra os seus custos de produção [...]” (POLÈSE, 1998).

Barquero (2001) defende que a cidade é um território de espaço contínuo formado por

atores que tomam as decisões de investimento e localização das atividades produtivas. Sendo assim “a cidade é mais que um mero ponto no espaço”, ela sofre transformações em decorrência do processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos realizados pelos atores, como consequência do estabelecimento de redes e cooperação entre os mesmos, além das estratégias e ações empreendidas por cada empresa e organização. “Por isso, o mais importante e representativo de uma cidade não é o tamanho e sim as funções que desempenha no sistema de cidades” (BARQUERO, 2001, p. 23).

O desenvolvimento territorial na visão de Boisier

Considerando as teorias de Boisier sobre o desenvolvimento local e regional está estruturada em quatro blocos distintos. O primeiro expõe um conjunto de suas idéias relativas às novas características do desenvolvimento regional e territorial, no período atual.

No segundo, são apresentados novos conceitos, sobre os fatores causais do desenvolvimento em escala territorial – a causalidade do desenvolvimento regional, com a insistência de formulação de um projeto político para uma articulação consistente, densa e inteligente desses fatores. Conforme Boisier (1996), “a inteligência está na necessidade de tornar mais densas as conexões entre os fatores, de modo a provocar efeitos de sinergia, retroalimentação e desenvolvimento”.

No terceiro bloco, registra-se a leitura dos chamados capitais intangíveis determinantes do real processo de desenvolvimento, capital: econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, social, cívico, humano e sinérgico. No último bloco trata do reconhecimento de construção do chamado “projeto político de desenvolvimento”, a partir da avaliação do estoque disponível de tais capitais intangíveis, e a necessária articulação e acertos de conflitos e interesses coletivos com os atores e instituições locais.

Desenvolvimento regional

A questão regional sempre esteve presente nos objetivos de desenvolvimento da política pública brasileira. O problema das desigualdades econômicas e sociais que ao longo do tempo marcam o processo de regionalização é uma constante preocupação dos governantes que buscam, através de uma política diferenciada para regiões periféricas, impulsionar o crescimento econômico e sua inserção no novo paradigma da economia regional, nacional e internacional.

O desenvolvimento regional oportuniza a visualização das potencialidades em relação a sua capacidade produtiva, tornando-se especialistas e com vantagens competitivas em determinados produtos e/ou serviço em que à comercialização possa ocorrer além fronteira regional e chegando a exportação, quando diz:

Nessa perspectiva o crescimento da região tem como fator impulsionador a demanda que o resto do mundo exerce sobre os seus produtos. Isso não é difícil de entender. Se o resto do mundo não estivesse interessado em soja o Oeste Paranaense não seria o que é hoje (ROLIM, 2007, p. 3).

As teorias de desenvolvimento econômico regional emergem e passam a ser reconhecidas como possibilidades reais para o desenvolvimento econômico, tanto de países já desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento definindo estratégias que visam impulsionar o desenvolvimento econômico (AMARAL FILHO, 2001, p. 261-286).

Desta forma, uma questão importante no ambiente dinâmico e globalizado é fazer com as economias locais e regionais possam identificar os processos de acumulação de capital que impulsionem o seu desenvolvimento econômico. Surge então, a necessidade de discussão sobre

o tema do desenvolvimento regional.

Nos últimos anos as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais (AMARAL FILHO, 2001, p. 261).

Para Polèse (1998), os benefícios do desenvolvimento econômico não se repartem de forma igual pelo território nacional: em todos os países se podem observar disparidades econômicas entre regiões. O que se entende por disparidades? Serão as disparidades inevitáveis? Como surgem? Haverá mecanismos para corrigi-las? As respostas estão ligadas aos mercados regionais de trabalho e considerando a análise das migrações interregionais.

Nas regiões as diferenciações são medidas pela arbitragem entre a oferta e a procura de trabalho que determina os diferentes níveis salariais entre as regiões. Barquero (2001) constrói um modelo para interpretar a dinâmica econômica das cidades e territórios, fundado na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. Neste estudo, o autor sustenta que a difusão das inovações e do conhecimento entre as empresas e organizações, a adoção de forma flexível para organizar a produção, o desenvolvimento urbano do território e a complexidade do tecido institucional constituem os fatores chaves que condicionam a acumulação do capital nas cidades e regiões.

Segundo Amaral Filho (2001), o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que configura: i) uma ampliação contínua da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região; ii) retenção na região do excedente econômico gerado e iii) atração de excedentes oriundos de outras regiões.

Polèse e Barquero (1998, 2001) dão ênfase à teoria do desenvolvimento e analisa como os sistemas produtivos locais podem contribuir para a maior competitividade das empresas, dos territórios e influenciar o desenvolvimento local. Dentro dessa premissa, a teoria do desenvolvimento endógeno é uma forma de explicar as dinâmicas das cidades e regiões frente às mudanças atuais. Muitas explicações da teoria do desenvolvimento endógeno derivam-se da própria teoria do desenvolvimento, como proposições relacionadas ao desenvolvimento por parte dos atores locais (AMARAL FILHO, 2001, p. 261-286).

Com isso, as cidades e regiões tornam-se mais competitivas e fortalecem suas comunidades locais (associações, instituições públicas, sindicatos, empresas e governo local), objetivando impulsionar o desenvolvimento local. Como cada local possui seu mercado de trabalho, seu sistema produtivo, organização da produção, historicidade, infra-estrutura, capacidade empreendedora, entre outros componentes que dão uma idéia da identidade local, cada um também possui potenciais de desenvolvimentos diferenciados (BARQUERO, 2001).

A teoria da base de exportação considera que o subdesenvolvimento é consequência da carência de exportações especializadas de setores dinâmicos, e apresenta certo número de traços gerais importantes. Primeiro, é uma teoria keynesiana de renda aplicada a uma economia aberta e adaptada à análise de longo prazo, tendo as exportações à função de elemento-chave. Em segundo lugar, a teoria encara a base de exportação como homogênea, não dando atenção à fonte do aumento na demanda de exportações. Por último, têm a vantagem de considerar os vínculos inter-regionais como relações comerciais (NORTH, 1977).

Nessa teoria as atividades econômicas de uma região se dividem em dois tipos: i) as básicas, que tem como característica a comercialização seus produtos além de suas fronteiras, e ii) as não básicas ou residenciais, que servem de apoio às atividades básicas, que, por suas vendas, possibilita a importação de bens e serviços não produzidos localmente e induz o crescimento das atividades básicas.

Segundo North (1955, p. 69) a principal hipótese da teoria da base de exportação é que ela possui um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma

região. Portanto, passam a ser o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso às regiões jovens, e seu alcance é determinado através do efeito multiplicador que as exportações criam nas demais atividades não básicas.

Logo, as exportações constituem-se numa condição necessária para o desenvolvimento regional, mas não são suficientes. Sua importância está no fato de que proporciona a estrutura teórica para muitos estudos empíricos do multiplicador regional. A expansão da atividade básica da região pode resultar em: i) do crescimento da demanda do bem exportado pela região, devido a um aumento na renda na área do mercado, ou decorrente de mudança no gosto; ii) por melhoramento nos custos de processamento ou de transferência (transporte) dos produtos exportados da região em relação às regiões competidoras.

A teoria dos polos de crescimento enfatiza o papel das forças internas no crescimento regional, caracterizando o poder das especificidades. Segundo Perroux (1977, 145-156), o crescimento econômico não surge ao mesmo tempo em todo território nacional, mas em pólos de crescimento. A partir dessa caracterização, o crescimento acabaria difundindo-se desses pólos para outras regiões, através de diversos vetores de integração (meios de transporte e comunicações, matérias-primas, comércio de bens e serviços finais, mercado de insumos, tecnologia).

Levando-se em consideração este processo, a integração de cada região e suas taxas de crescimento pode ser apresentada de formas diferenciadas. O conhecimento da razão em que determinadas indústrias e regiões crescem mais do que outras, constituem o objeto da teoria do crescimento polarizado.

Crítérios de regionalização

Pensando na problemática da divisão regional como instrumento de planejamento administrativo faz-se necessário abordar o conceito de regionalização, que é mais que um método para identificar o processo de formação de regiões. Alguns autores defendem que a regionalização se apresenta como um processo não só de formação, mas de transformação de regiões, incluindo a sua dissolução e até o seu ressurgimento.

Assim a regionalização é entendida como esse processo tendo entre os seus objetivos mostrar que a análise teórico-metodológico do desenvolvimento de regiões é fundamental para o aparecimento de políticas que venham proporcionar o bem-estar-social e melhor condição econômica da região. Sendo assim, o estabelecimento de critérios e a sua estabilidade na análise regional são importantes para a melhor gestão de ressurgimento.

Hilhorst (1975, p. 83) define que a escolha do critério de regionalização depende do tipo de análise pretendida no processo de desenvolvimento regional. Para tanto, propõe-se que se utilizem metodologias específicas para regiões polarizadas e homogêneas como análise fatorial a partir de índices de especialização do comércio.

O debate teórico e prático sobre o tema da regionalização é clássico na economia regional, no planejamento regional e no campo da gestão pública de forma geral. Para Richardson (1975, p. 36-42), por exemplo, as alternativas para estabelecer critérios plausíveis de regionalização do território envolvem desde a simples aceitação da divisão regional pré-existente a partir de critérios tipicamente governamentais ou a adoção, no outro extremo, do paradigma neoclássico do espaço isotrópico, neutro e homogêneo, dividindo-se da forma que mais convier aos interessados da pesquisa conforme o objeto dessa pesquisa.

Ressalta-se a importância de elaborar uma divisão regional que seja utilizada por todos os órgãos públicos estaduais, pelas próprias características de organização regional própria. As regiões do Estado foram divididas de acordo com seus critérios, sem levar em conta nenhum parâmetro de planejamento comum causando a falta de uma referência espacial comum a todos os órgãos públicos, dificultando tanto a integração das ações regionais, quanto a regionalização

dos orçamentos públicos.

Conforme Bandeira (2004, p. 38), o estabelecimento da região como parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, acompanhado pela consciência regional da sociedade local, constitui a etapa final do processo de institucionalização. O autor afirma que nesse estágio consolida-se a existência de uma identidade regional, que se refere tanto a base física e material, Átis como: natureza, paisagem, cultura e economia, quanto a esfera mental, que envolve a fixação de uma imagem da região, tanto entre seus habitantes quanto entre os de outras áreas.

Para Damo (2006, p. 51), todos esses elementos devem estar presentes no processo de organização, não importa se o projeto tem origem nacional ou regional. Os arranjos regionais também devem ser levados em conta, que é necessário a comunidade interessada, visando garantir a continuidade dos projetos, a consolidação das políticas traçadas para cada território e o agrupamento de atores locais e regionais devem estar suficientemente conscientes de que a intervenção dessas variáveis são fundamentais no processo de construção das políticas de interesse comum do território delimitado.

Callai (2000) retrata a análise das relações sociais com o território, ou seja, o vínculo das pessoas com aquele território e afirma que o espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem [...] resgatando a identidade e a dimensão de propriedade.

A descentralização do poder, a regionalização e a opção pela municipalização dão a idéias de que o centro do poder é transferido para as regiões, assegurando-lhes a autonomia e criatividade na execução das políticas públicas. Além das políticas públicas ofertadas para as diversas regiões, a forma de determinar as bases para a organização da sociedade, no sentido de criar o ambiente de apoio político à gestão do estado de Santa Catarina.

Espacialização regional: Santa Catarina

A área de abrangência da pesquisa é no estado de Santa Catarina que está localizado na região sul, com uma área de 95.318,3 Km², o que representa 1,12% da superfície do território brasileiro. Possuía, em 2009, 6.118.727 habitantes, distribuídos em 293 municípios, com uma taxa de crescimento na ordem de 2%. Santa Catarina tem em Joinville o seu município mais populoso com 497.331 habitantes e onze municípios distribuídos em todas as regiões do estado, com uma concentração maior na faixa leste possuem mais de 100 mil habitantes. A diversidade geográfica e humana é surpreendente para um território de apenas 95,3 km² - do tamanho aproximado de países como a Austria, Hungria, Irlanda e Portugal.

As características econômicas são bem diversificadas e distribuídas em todo o território catarinense. As empresas estão agrupadas em pólos regionais especializados, ou seja, de cerâmica, têxtil, eletro metal mecânico, agroindústria, madeira e papel. Os setores da pecuária, avicultura e suinocultura, que estão concentrados no grande oeste catarinense empregam diretamente 65 mil pessoas e participa com 75% da exportação brasileira no ramo.

O Estado está localizado na região Sul do Brasil, entre paralelos 25°57'41" e 29°23'55", latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00", longitude Oeste. Limita-se ao norte com o estado do Paraná, ao sul com o estado do Rio Grande do Sul, a oeste com a Argentina e a leste com o Oceano Atlântico, tem uma extensão litorânea de 561,4 km.

A região da pesquisa compreende a porção catarinense da mesoregião Grande Fronteira do Mercosul, a qual faz divisa com a BR 116, a Argentina, e no rio Uruguai que faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Abriga cento e trinta e um municípios distribuídos em treze Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A estrutura econômica regional está diretamente relacionada com o setor primário, especialmente voltado para a agropecuária a qual, baseada na sua organização, possibilitou à implantação do maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil. A estrutura fundiária

dessa região é composta majoritariamente por minifúndios, a grande maioria com menos de 20 hectares, com características culturais que favorecem o modelo associativista existente entre os produtores e as agroindústrias. A população é composta por imigrantes europeus, na sua maioria italiana e alemães, oriundos do Rio Grande do Sul e seus descendentes.

É importante destacar o expressivo número de entidades existentes nessa região que objetivam promover relações de parceria com entidades públicas e privadas, assim como a sociedade civil. Muito comum nessa região as associações de municípios, os fóruns de desenvolvimento, os consórcios intermunicipais, as agências de desenvolvimento, as universidades comunitárias, as associações comunitárias, possibilitando que o capital social instalado seja o responsável pela absorção de um programa federal denominado de Programa das Mesorregiões Diferenciadas do País, com resultados convincentes sob a denominação nesta área da pesquisa de Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Na região grande pólo Chapecó, município fundado em 1917, após a intervenção do governo federal na delimitação das divisas do Paraná e Santa Catarina, o que foi necessário em função do revolucionário movimento do Contestado, que atingiu toda a região objeto desse estudo.

Além de detalhar o que é de praxe – o pioneirismo, a capacidade empreendedora, o espírito cooperativo -, existe um ponto estratégico nessa região, que é o da sua localização geográfica. As três porções do Sul estão no caminho do Mercosul. “A caracterização sociocultural, política e geoeconômicas da mesorregião demonstra, de um lado, um conjunto de problemas econômicos e sociais e, de outro, o grande potencial de alavancagem do desenvolvimento”.

Em relação à distribuição espacial da população, essa região apesar da intensa urbanização dos últimos anos, ainda concentra grande parte da sua população no meio rural. Conforme o censo IBGE 2000, a população rural era de 37% e na década de 80 a população urbana crescia em média 4,16%, maior do a do Estado que foi de 3,69% a.a., sendo assim experimentado pela região um intenso êxodo rural. A população rural no período entre 1991 e 2000, decresceu 2,45% a.a. A proporção da população urbana para a rural é demonstrada na Figura 1.

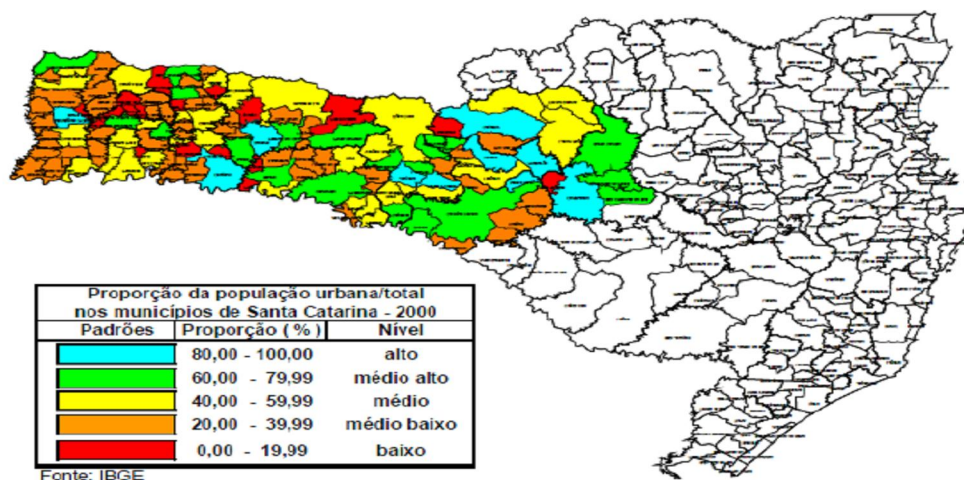


Figura 1 - População urbana da Região Oeste.

Fonte: Andersen (2006).

Caracterização da mesorregião grande fronteira do Mercosul no oeste catarinense

Os territórios objetos desse estudo levaram em conta os critérios de recortes ambientais, legais, planejamento governamental, bem como os critérios culturais e aquelas iniciativas espontâneas originadas na própria comunidade. As secretarias regionais e os órgãos do governo da região foram a motivação pela atuação de forma efetiva significativamente expressiva para o entendimento do processo de fragmentação existente.

Dentro do critério ambiental, foram pesquisadas: as regiões delimitadas pelas bacias hidrográficas, regiões edafambientais homogêneas como proposta. Quanto ao critério legais a pesquisa foi sobre IBGE mesorregiões e microrregiões, Constituição Estadual das microrregiões geográficas e polarizadas, mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Ministério de Integração Nacional, Secretaria de Estado de desenvolvimento Regional – SDRs. Nos critérios políticos, administrativos e desenvolvimento, foi pesquisado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI (unidade de planejamento e gerências regionais), Santa Catarina Turismo – SANTUR (territórios turísticos), Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, DETRAN, Ministério Público, Justiça Federal, Junta comercial (JUCESC), Secretaria de Estado da Fazenda, Gerências Regionais de Educação, Ciência e Tecnologia, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola, Justiça do Trabalho, Companhia de Águas de Saneamento (CASAN), Fundação do Meio Ambiente (FATMA), Centrais Elétrica de Santa Catarina (CELESC), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA). Nos critérios culturais e iniciativas espontâneas foram pesquisados sobre: Associações de Municípios, Consórcio Intermunicipais de Saúde (CIS), Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs).

Nesse artigo, procurou-se relevar as condições ligadas aos critérios culturais e iniciativas espontâneas pelas limitações de conteúdo para desenvolver o trabalho proposto e pelos assuntos propiciarem boas respostas para a fundamentação teórica que foi basicamente dentro da Teoria do Desenvolvimento. Por outro lado, para sintetizar todos os critérios pesquisados foi elaborada a Tabela 1 contendo um resumo de recortes regionais pesquisados, onde pode-se ter uma visão geral e sintetizada de todos os critérios.

Organização associativa dos municípios de Santa Catarina

As Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina são entidades registradas como personalidades jurídicas de direito privado, reconhecidas como de utilidade pública, sem fins lucrativos e com estatuto próprio, tendo cada uma sua respectiva estrutura. Sua receita provém da contribuição dos municípios.

O Estado de Santa Catarina é constituído por 21 Associações Microrregionais de Municípios, reconhecidas pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e tem como objetivos principais: E dentre os objetivos principais se destacam a defesa institucional, a ampliação e fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, com a promoção da modernização administrativa municipal; mobilização para a atuação conjunta dos poderes legislativo e executivo regional, coordenação e estabelecimento integrado da microrregião; reivindicação para a descentralização de serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados; estímulo e promoção do intercâmbio técnico-administrativo; elaboração, proposição de estudos e levantamentos socioeconômicos e políticos regionais.

A Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) entre as décadas de 60 e 70 interiorizou o desenvolvimento com a criação de um grande número de municípios em Santa Catarina, fortalecendo a idéia e surgindo as associações microrregionais, como é o caso da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), instalada em 1961 na

cidade de Videira. Essas entidades tinham como objetivo principal a representação política e institucional, a instalação de órgãos e a busca de recursos financeiros para a execução de obras, recursos financeiros e serviços para os municípios e para a região.

Outras associações foram surgindo, em 7 de novembro de 1964 foi a vez da Associação do alto Vale do Itajaí (AMAVI) com sede em Rio do Sul, seguindo a criação da Associação dos Municípios do Planalto do Norte (AMPLA) com sede em Mafra, em 6 de agosto de 1966 e da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), Em Chapecó, no dia 11 de fevereiro de 1968.

O processo de criação de associações de municípios foi ampliado com a AMUNESC com sede em Joinville, em 17 de maio de 1968; AMURES com sede em Lages, em 10 de agosto de 1968 e AMARP com sede em Videira, em 18 de outubro de 1968.

Sucedeu-se a instalação das associações da GRANFPOLIS (Florianópolis – 26.03.1969); AMMVI (Blumenau – 06.08.1969); AMFRI (Itajaí – 03.08.1970); AMUREL (Tubarão – 14.08.1970); AMEOSP (São Miguel do Oeste – 31.07.1971); AMAUC (Concórdia – 07.05.1976); AMAI (Xanxerê – 06.10.1978); AMVALI (Jaraguá do Sul – 26.07.1979); AMVAC (Canoinhas – 19.04.1980); AMESC (Criciúma – 20.06.1980); AMERIOS (Maravilha – janeiro de 1996); AMNROESTE (São Lourenço do Oeste – janeiro de 1996); AMPLASC (Campos Novos – 27.03.1997).

As associações de municípios, em número de 21 no Estado, nove da área de abrangência da pesquisa, são pesquisadas, em que foram parâmetro para o recorte territorial as microrregiões polarizadas. Essas associações que compreendem a pesquisa são: AMNOROESTE, AMMOC, AMERIOS, AMPLASC, AMOSC, AMAUC, AMARP, AMAI e AMESC.

Mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina

Segundo o IBGE (2010), no estado de Santa Catarina foram instituídas 6 (seis) mesorregiões, ou seja, Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense e 20 (vinte) microrregiões, sendo elas: São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia, Canoinhas, São Bento do Sul, Joinville, Curitiba, Lages, Rio do Sul, Blumenau, Itajaí, Ituporanga, Tijucas, Florianópolis, Tabuleiro, Tubarão, Criciúma e Araranguá.

O Governador do Estado editou no período de 1971 a 2006 os Decretos: nº 844, 1.190, 5855, 5856, 5857, 19.542, 28.193, 28731 e Leis Complementar nº 168 e 174 dispoendo sobre as normas para a regionalização das atividades de administração estadual, o planejamento e o desenvolvimento microrregionais, o chamado Projeto Catarinense de Desenvolvimento, com ele criando 24 (vinte e quatro) Unidades Microrregionais Polarizadas das Microrregiões, sendo: GRANFPOLIS (Florianópolis), Foz do Rio Itajaí (Itajaí), Médio Vale do Itajaí (Blumenau), Alto Vale do Itajaí (Rio do Sul), Nordeste de Santa Catarina (Joinville), Planalto Norte (Mafra), Alto Rio do Peixe (Videira), Meio Oeste Catarinense (Joaçaba), Oeste de Santa Catarina (Chapecó), Extremo Oeste de Santa Catarina (São Miguel do Oeste), Região Serrana (Lages), Região da Laguna (Tubarão), Sul de Santa Catarina (Criciúma), Alto do Uruguai Catarinense (Concórdia), Vale do Tijucas e Itajaí (Brusque), Alto Irani (Xanxerê), Vale do Canoinhas (Canoinhas), Vale do Itapocu (Jaraguá do Sul), Laguna (Laguna), Vale do Rio Tubarão (Tubarão), Região do Rio Itajaí do Sul (Ituporanga), Região do Alto Rio Negro (São Bento do Sul), Planalto Sul de Catarina (Campos Novos) e Vale Norte de Santa Catarina (Ibirama).



Figura 2 - Área de abrangência das Associações de Municípios.
 Fonte: Federação Catarinense de Municípios.

Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS)

Os consórcios são iniciativas autônomas de municípios localizados em áreas geográficas contíguas que se associam para gerir e prover conjuntamente serviços especializados e de apoio diagnóstico de maior densidade tecnológica a população das municipalidades participantes.

Segundo Teixeira et al. (2005), essas associações constituem uma forma inovadora de gestão do sistema Único de Saúde (SUS), principalmente pelo fato de que muitos municípios, em especial, os pequenos enfrentam dificuldades financeiras e humanas, dificuldades de acesso ao uso de tecnologia e até mesmo inexistência de estrutura físicas adequadas. O CIS possibilita atendimento especializado de média e alta complexidade, aumentando a eficiência e qualidade dos serviços, porque reduzem a capacidade ociosa nos municípios grandes e disponibilizam esses serviços para os municípios menores que participam do processo.

Esses consórcios se localizam geralmente nos municípios mais desenvolvidos e nestes há a contratação de profissionais especialistas para atenderem por cotas, pacientes dos consorciados de acordo com suas necessidades. Esses profissionais são mantidos pelo administrador do consórcio e cada município retribui financeiramente de acordo com o número de pacientes encaminhados.

No estudo proposto foram referenciados cinco consórcios intermunicipais de saúde que estão localizados na AMMOC (Herval d'Oeste), AMERIOS (Maravilha), AMEOSC (São Miguel do Oeste), AMOSC (Chapecó), que abrange os municípios consorciados à AMNOROESTE, AMAI e parte da região da AMAUC.



Figura 3 - Área de abrangência das Consórcios Intermunicipais de Saúde.
 Fonte: Associação de Municípios.

Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs)

De acordo com Instituto Euvaldo Lodi (2005), as Agências de Desenvolvimento Regional (ADR), são estruturas mínimas, profissionalizadas, que coordenam as ações dos diversos atores no processo de desenvolvimento necessárias para que os projetos identificados como prioritários regionalmente sejam desenvolvidos e executados. A constituição dessas agências, passa a ser um passo importante para que se inicie ou acelere o processo de desenvolvimento das regiões e desenvolver os projetos estratégicos definidos pelos fóruns, sendo validadas, originadas e controladas pelas mesmas.

O território pesquisado abriga quatro ADRs: Agência do Desenvolvimento Regional da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – Instituto Saga; Agência de Desenvolvimento Regional da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (ADMARP); Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste de Santa Catarina (ADEOSC) e Agência do Desenvolvimento do Meio Oeste Catarinense (ADMMOC), as quais correspondem as mesmas áreas de abrangência das associações de municípios correspondente, conforme Figura 4.



Figura 4 - Área de abrangência dos territórios das Agências de Desenvolvimento Regional.
Fonte: Instituto Euvaldo Lodi.

O Quadro 1 demonstra resumidamente as principais regionalizações pesquisadas, números de regionais, critérios, critérios de divisão e finalidade da regionalização. Nesta pesquisa não foram estudadas e comparadas as regionalizações utilizadas pelo setor empresarial como SEBRAE, FAMPESC e FIESC.

Seq.	Órgãos Regionais	Número Recortes	Critérios dos Recortes	Finalidade da Regionalização	Observações
01	SDRs	13	Políticos	Descentralização administrativa e planejamento do desenvolvimento regional	Criadas em 2003 através de Lei Estadual
02	Agências de Desenvolvimento Regional	06	Divisão das associações de municípios	Ações para o Planejamento do Desenvolvimento Regional	Iniciativa espontânea Em 3 associações de municípios não existem agências
03	Associações de Municípios	09	Microrregiões IBGE, regiões polarizadas e critérios políticos	Representação político-institucional Assessoramento técnico	De 10 a 40 de existência – iniciativa instantânea
04	Bacias Hidrográficas	05	Bacia hidrográfica, critérios ambientais	Planejamento ambiental das bacias hidrográficas	Política de recursos hídricos (Lei Estadual - 1994)
05	Batalhões dos Bombeiros Militares	24	Operacional	Proximidade com a população visando maior segurança	
06	Casan	11	Político Operacional	Representação técnica e gerencial da empresa	
07	CIDASC	08	Microrregiões polarizadas e extensão territorial	Inspeção e fiscalização sanitária regionalizada	
08	CELESC	06	Político operacional	Representação técnico e gerencial da empresa	
09	Consórcio Intermunicipal de saúde (CIS)	05	Áreas de abrangência de associações de municípios, técnicos e políticos	Gestão associada para disponibilizar serviços de especialidades médicas com menor custo	Iniciativa espontânea
10	DETRAN	32	Político e operacional	Fiscalização e licenciamento	
11	EPAGRI – Gerências Regionais	10	Microrregiões polarizadas e SDRs	Representação técnica gerencial da empresa e apoio aos programas regionais	
12	EPAGRI - Unidades de planejamento	02	Associação de critérios: clima, geográficos, associações, municípios, microrregiões polarizadas, mesorregiões, bacias hidrográficas	Planejamento local e regional	
13	Educação – Gerências Regionais	13	Políticos	Descentralização	Criadas em 2003 através de Lei Estadual
14	FATMA	04	Políticos e operacional	Licenciamento ambiental regionalizado	
15	Fazenda	05	Políticos e operacional	Descentralização da supervisão de atividades de fiscalização e tributos estaduais e controle de arrecadação tributária	
16	JUCESC	13	Políticos e operacional	Descentralização e representação técnica e gerencial	Ampliação das regiões administrativas em 2003 através de Lei
17	Justiça Federal	06	Operacional	Atendimento regionalizado das demandas judiciais	Lei Federal
18	Mesorregiões IBGE	02	Créitérios econômicos, sociais, ambientais e redes de comunicação	Regiões delimitadas para fins estatísticos pelo governo federal	Primeira regionalização adotada pelo Estado

Continua

Seq.	Órgãos Regionais	Número Recortes	Crítérios dos Recortes	Finalidade da Regionalização	Observações
19	Mesorregião Grande fronteira do MERCOSUL	01	Socioeconômicos, culturais, limites existentes das associações dos municípios e conselhos municipais de desenvolvimento	Planejamento do desenvolvimento para redução das desigualdades regionais (governo federal)	Divisão técnica elaborada pelo governo federal
20	Microrregiões polarizadas	07	Legais, políticos	Descentralização administrativa, racionalização das relações governamental com associações de municípios	Lei Estadual
21	Microrregiões IBGE	08	Crítérios econômicos, sociais, ambientais e redes de comunicação	Regiões delimitadas para fins estatísticos pelo governo federal	Lei Federal
22	Ministério Público	41	Políticos e por demanda	Fiscalização na execução da Lei de forma regionalizada	Lei Estadual
23	Polícia Civil	11	Associações de municípios, microrregiões polarizadas e extensão territorial	Segurança pública regionalizada	Lei Estadual
24	Regiões edafambientais homogêneas	07	Ambientais	Proposta de regionalização para fins ambientais	Tese de Doutorado
25	Santur	02	Afinidades geográficas, econômicas, histórico-culturais e divisão das SDRs	Desenvolvimento turístico regionalizado	Lei Estadual
26	Territórios do MDA	05	Assentamentos existentes e critérios políticos	Desenvolvimento rural e organização da agricultura familiar	A partir de 2004
27	TRT	10	Demandas judiciais	Descentralização do processo de julgamentos de ações oriunda das relações de trabalho	Lei Federal

Quadro 1 - Resumo dos recortes regionais pesquisados.

Fonte: Órgãos Regionais, Damos (2006).

Comparativo regional das SDRs

Os conflitos regionais pesquisados com as regiões administrativas das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) que possuem enfoque para o planejamento e a territorialização do desenvolvimento. Por ser um recorte administrativo estadual, embora tenha sido construído com critérios políticos e de cima para baixo, sem utilizar conceitos tradicionais da geografia contemporânea, os mesmos têm exercido influências nos municípios de cada SDRs.

Cada município das treze SDRs pesquisadas possuem relações administrativas com quatro ou mais sedes regionais. Também as relações comparativas se deram das SDRs com dezesseis órgãos regionais, priorizados por exercerem maiores influências e determinarem uma grande relação de interdependência com os municípios catarinenses, bem como por ser aqueles que têm definida uma sede regional. O Quadro 2 apresenta dados em relação ao número de municípios, a área territorial e população total.

SDRs	Numero de Municípios	População Total	Área Total Km ²
Caçador	7	96.205	4.167,80
Campos Novos	8	54.071	3.362,30
Chapecó	11	189.782	1.833,00
Concórdia	16	142.086	3.311,40
Curitibanos	5	61.559	3.009,40
Dionísio Cerqueira	6	50.576	1.406,39
Joaçaba	12	112.217	3.533,00
Maravilha	12	69.484	1.522,40
Palmitos	8	63.500	1.500,90
São Lourenço do Oeste	13	67.000	2.188,00
São Miguel d'Oeste	12	100.199	2.225,44
Videira	7	99.973	1.694,10
Xanxerê	4	133.483	4.482,40
Total	131	1.236.135	34.236,53

Quadro 2 - SDRs – Municípios, população e área total (km²).

Fonte: IBGE (2000).

O Quadro 2 mostra que não houve uniformidade de critérios na divisão regional das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), tanto em relação ao número de municípios como também em relação à população total e à área geográfica territorial, já que o número de municípios por secretaria vai de cinco a dezesseis municípios, área territorial de 1.522 a 4.482 km² e população de 54.071 a 190.000 habitantes.

Considerações finais

Os resultados deste estudo são importantes e ajuda a complementar, a nosso ver, a discussão atual sobre os novos rumos das dinâmicas de desenvolvimento Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, localizada no Oeste catarinense.

O desenvolvimento deve significar o procedimento ou um conjunto de procedimentos implementados para melhorar a qualidade de vida das pessoas, de todas as pessoas das que vivem e das que viverão no futuro. O desenvolvimento, então, deve ser alcançado para que as pessoas se sintam mais felizes nos locais em que vivem.

A partir dessa ideia, se entende que a regionalização pode interferir no processo de busca do desenvolvimento, por depender do protagonismo local, que deverá ser perseguido através de estratégias e políticas públicas eficientes, especialmente aquelas que têm como princípio fundamental a democracia participativa e transparente.

Para estabelecer com êxito o desenvolvimento regional, o apoio e o gerenciamento governamental são imprescindíveis, felizmente no estado de Santa Catarina isso tem acontecido ao longo do tempo o que tem irradiado motivação para os municípios prosseguirem com políticas públicas pontuais que estimulam o desenvolvimento, para isso a boa governabilidade promovem experiências fantásticas com as associações de municípios, os fóruns e agências de desenvolvimento regional que foram instituições de fundamental devido a representatividade, articulação e legitimidade regional, influenciando ao longo dos anos, por muitas vezes, na formulação de políticas públicas.

O poder público estadual tem, ao longo dos anos com o apoio incondicional as SDRs tem configurado como uma das experiências mais avançadas em nível intermediário de Governo, consolidando a descentralização e desconcentração da máquina governamental, criando condições de decisões regionais.

Cabe salientar que a regionalização é parte fundamental para o processo de modernização da administração pública e o aprofundamento do sistema de democracia participativa que poderá ser potencializada pela descentralização de recursos e desconcentração do poder e deve servir para que o Estado possa respeitar diferenças e

incorporar as propostas da população que vive numa porção do seu espaço, base para mobilizações e ações coletivas em busca de objetivos, sociais, políticos e econômicos.

A criação de microrregiões e a instalação de repartições públicas federais e estaduais nelas localizadas, com a ausência de critérios técnicos mais rígidos e de noções de planejamento, provocam um completo desencontro dos programas e das ações que são executados no âmbito dessas microrregiões, verificando-se variadas formas de distribuição das funções administrativas pelas entidades que atuam em cada uma delas.

O desenvolvimento regional remete a necessidade de informações adequadas que mostre o pleno conhecimento do espaço geográfico e seu arranjo espacial, das instituições e rede de relações existentes visando possibilitar o planejamento e a gestão territorial.

O processo histórico de regionalização acumula a experiência e a tradição do trabalho conjunto dos municípios que possuem características semelhantes, onde o sistema viário as integre e onde o pólo regional prestador de serviços tenha a capacidade de conquistar e perpetuar a polarização regional.

A descentralização dos recursos, a desconcentração do poder, a regionalização do desenvolvimento e a municipalização das ações poderão ser alavancadoras da modernização e da eficiência pública, bem como da efetividade do planejamento, estando neste rumo Santa Catarina como espelho para as demais regiões do país. No entanto para a potencialização dos resultados e a consolidação do processo levam a divulgar de forma extraordinária a promissora região do Oeste de Santa Catarina como um exemplo de desenvolvimento local e regional.

Referências

AMARAL, FILHO J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 23, p. 261-286, 2001.

BANDEIRA, Pedro Silveira. *As mesorregiões no contexto da nova política federal de desenvolvimento regional: Considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais*. Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional - UFMG, 2004.

BARQUERO, Antonio. *Transformaciones Globales: Instituciones y Políticas de Desarrollo Local*. Rosário: Editorial Homo Sapiens, 2001, p. 186-230.

BOISIER, S. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 13, 1996.

_____. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia Regional: Teorias e métodos de análise*. Fortaleza, 1989, p. 589-694.

CALLAI, H. C. O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANI, A. C. et al. *Geografia em sala de aula*. Porto Alegre: AGB, 1998.

DAMO, Márcia Regina S. *Análise da descentralização administrativa do governo do Estado e os efeitos da fragmentação no oeste catarinense*. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. *Globalização, Escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil*. Texto para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001.

HILHORST, J. *Planejamento Regional, enfoque sobre sistemas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA. Desenvolvimento sustentável das indústrias catarinenses. 2005.

LUCAS, Robert. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, v.22, p.3-42, 1988.

MOORE, Wilbert E. O impacto da indústria – modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

NORTH, Douglas C. Location Theory and Regional Economic Growth. *Journal of Political Economy*, 1955,

_____. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetrede - Minter, 1977, p. 291-314.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHAWARTZMAN, J. (Org.). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetrede - Minter, 1977, p. 145-156.

POLÈSE, M. *Economia Regional e Urbana: a lógica espacial das transformações econômicas*. Coimbra: APDR, 1998.

RICHARDSON, H. *Economia Regional: Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 36-42.

ROLIM, C. F. C. *Espaço e Região: um retorno aos conceitos originais*. Fortaleza: UFC, 1989.

_____. *Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de Economia Regional e Urbana*. Rio de Janeiro: UFPR, 1999.

_____. *É possível a existência de Sistemas Regionais de Inovação em Países Subdesenvolvidos?* 6th. *Regional Science Association International World Congress*. Lugano, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado e Planejamento. *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

_____. Secretaria de Estado e Planejamento. *Descentralização do Governo, um caminho para a democracia participativa*. Florianópolis, 2005.

_____. *Constituição do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1989.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Nacional, 1974.

TEIXEIRA, J. P. et. al. *Projeto Meu Lugar. Transformar regiões administrativas em territórios*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.